

AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO CEARÁ.

GUEDES, Maria Vanderli Cavalcante¹

A Reforma Agrária de Mercado (RAM) é um modelo proposto pelo Banco Mundial (BIRD) para o combate à pobreza rural nos países periféricos, entre eles o Brasil situado na América Latina. Sua implantação situa-se no contexto das políticas e programas e é conhecido nacionalmente como Programa Nacional de Crédito Fundiário. O presente estudo objetiva trazer a lume suas implicações e consequências, explicitando as críticas e oposições produzidas no âmbito dos movimentos de luta pela terra. A pesquisa foi realizada no município de Morada Nova, estado do Ceará. O estudo avaliou os efeitos socioeconômicos dessa modalidade de compra e venda de terra e sua influência na melhoria das condições de vida das famílias camponesas das Fazendas Angico e Lagoa da Serra. A metodologia adotada para a concretização dos resultados baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de natureza qualitativa e quantitativa. Os resultados revelaram o perfil dos atingidos pelo PNCF é compatível com o público estabelecido como alvo do programa, cuja ocupação principal relaciona-se à agropecuária, o que favoreceu a utilização da mão-de-obra familiar nas atividades desenvolvidas nesses imóveis, identificando significativas melhorias nas condições de vida dos mutuários em relação à habitação, saúde, segurança alimentar, educação, aquisição de bens duráveis e renda, após a compra da terra em relação à situação anterior a entrada no programa e que, no entanto, não podem ser atribuídas tão somente ao programa avaliado. Em relação às condições socioeconômicas dos mutuários entrevistados, concluiu-se que todos os entrevistados tinham condições instáveis de vida, trabalho e moradia antes da aquisição da terra pelo programa, com destaque para situações de extrema pobreza e de baixa escolaridade presentes na realidade da maioria dos entrevistados. As dificuldades dos mutuários, nesses imóveis estão presentes nas formas de relações de trabalho no que se refere ao processo produtivo, pela inexistência de uma melhor organização quanto ao planejamento e gestão dos referidos imóveis com o respaldo da assistência técnica e extensão rural e capacitação dos mutuários e seus familiares para melhor desempenho das atividades agropecuárias, porém esperam mudanças positivas nas políticas públicas atuais, melhores preços de seus produtos na comercialização e a conseqüente melhoria das condições de vida. Todas as variáveis contribuíram de forma positiva para a elevação da melhoria de vida. No entanto, avaliando-se isoladamente cada variável, observou-se que o indicador que obteve o maior incremento nos imóveis foi às condições de moradia e os aspectos sanitários, e o acesso a bens duráveis o que torna visível a importância destas variáveis para o bem-estar da população investigada. Mesmo ainda distante das condições ideais, a melhoria verificada vislumbra um maior esclarecimento por parte da população investigada a respeito da importância de procedimentos de melhoria sanitária e ambiental. Apesar de os mutuários afirmarem que houve melhoria em termos de situação atual em relação à situação anterior, as condições de vida nos cenários pesquisados ainda são muito

¹ Assistente Social, Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará/Brasil

precárias. As famílias não estão conseguindo produzir o suficiente para a segurança alimentar da própria família, o que tem forçado o trabalho temporário em ambos os imóveis pesquisados, com maior intensidade em um deles. Embora a renda per capita de um dos imóveis esteja abaixo da linha de pobreza considerada pelo Banco Mundial, de uma maneira geral as famílias mutuiárias lutam para sobreviver e têm serias limitações (na educação, saúde, capacitação, segurança alimentar e outras) que não são solucionadas com o simples acesso a terra, apesar de esse ser o maior sonho dos entrevistados, e de que esse sonho tenha virado um pesadelo. Registram-se, a seguir, algumas manifestações ou declarações mais citadas pelos mutuários ao longo da pesquisa: a grande maioria sofre com a inexistência dos serviços de assistência técnica e extensão rural até a estruturação produtiva; além da baixa produção, alegam que os preços dos produtos não são corrigidos, gerando uma defasagem, ao longo do tempo, entre receitas e custos; outro fato muito citado foi à necessidade de alguns mutuários ainda continuarem a vender sua força de trabalho fora dos imóveis adquiridos pelo e a ausência de uma infraestrutura voltada para o atendimento das necessidades básicas, estradas, escolas dentre outras. Verificou-se que são imprescindíveis os serviços públicos de assistência técnica de qualidade e por período acima do desenhado pelo programa, além do apoio de outras políticas públicas que viessem concomitantemente, a favorecer e viabilizar a implantação dos processos produtivos para que haja um melhor incremento nas atividades agropecuárias. Afinal, não se pode conceber que um programa seja liberado e demore três ou mais anos para usufruir as políticas complementares, como ocorreu com o PNCF nos imóveis estudados, e venha gerar os resultados que apregoa em seu objetivo principal que é a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. Além da inexistência da assistência técnica outro agravante e a inexistência da integração entre as instituições prestadoras de serviços públicos no meio rural, a área de ambos os imóveis encontra-se abaixo de 1 módulo fiscal por família em um município que está incluído na área em processo de desertificação e que foi vendida aos agricultores por um valor que diante do quadro retratado na pesquisa eles não quitarão jamais essa dívida. Esse programa de contra-reforma tem sido alvo de denúncias de movimentos sociais em todo o mundo, que protestam contra os impactos das políticas e da ideologia dessa instituição, que promove a expansão do neoliberalismo. Essa política tem se refletido no meio rural, onde o Banco Mundial concentra seus programas, promovendo a privatização do território através das regras do mercado. De acordo com essa concepção, os camponeses devem buscar a “eficiência” nos moldes de um modelo integrado ao agronegócio. O PNCF é um mecanismo de mercado (compra e venda), portanto, está na lógica do capitalismo (solução dos problemas no meio rural através da compra e venda de terras). Isso legitima o capitalismo no campo, essa é a lógica do programa. Sem sobra de dúvidas, nasce como um mecanismo do capitalismo neoliberal (não o Estado, mas o mercado deve solucionar os problemas das famílias que são pobres e são pobres porque não tem acesso a terra). Assim sendo é um mecanismo concorrente com os programas constitucionais de Reforma Agrária. Isso por vários motivos como, por exemplo, as famílias atingidas se tornam participantes dos programas de crédito, portanto, concorrem com os assentados de Reforma Agrária, os recursos são escassos, portanto são repartidos tanto para cobrir o PNCF como para desapropriar terras. Este modelo não é uma modalidade de reforma agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e venda voluntária de terra entre os agentes privados. Já a Reforma Agrária redistributiva consiste em uma ação do Estado que num curto espaço de tempo, redistribui uma quantidade significativa de terras privadas apropriadas por uma classe de grandes proprietários. O principal objetivo da Reforma Agrária é democratizar a estrutura

agrária e promover o desenvolvimento nacional, transformando as relações de poder econômico e político, responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto política redistributiva, implica, de acordo com a Constituição brasileira, a desapropriação punitiva de terras privadas que não cumpre